**Análise crítica do texto: Ciência e política: Duas vocações \_ Max weber.**

Francisca das Chagas S. Araújo Oliveira[[1]](#footnote-1)

Este texto pretende analisar a obra de Max Weber Ciência e política: Duas vocações, baseado no pensamento sociológico.

Weber dedicou sua vida em estudos voltados para a religião, sociologia política, administração pública, suas pesquisas estavam focadas também para a área da economia.

 Em sua obra “Ciência e Política duas vocações” ele inicia fazendo o seguinte questionamento: Que entendemos por política? Tal indagação traz uma resposta ampla sem uma definição específica, mas que abrange todas as atividades em que se prevalece a autonomia. Contudo, existem vários tipos de políticas, tal palavra tem origem no grego polítiká cujo significado é aquilo que é público. Nesse sentido, tal palavra se aplica à maneira como determinado governo atua frente a certas proposições de relevância social e que seja de interesse do povo, daí temos políticas educacionais, econômicas, ambientais, políticas de segurança, enfim. Os sistemas políticos se dedicam ao governo para o povo, lida diretamente com instituições públicas.

 Max se propõe a tecer significados de política de uma forma mais concentrada, assim discute o termo política voltando-se para a significação de agrupamento político chamado de ‘Estado”, e a sua forma de atuação. Diante dessa proposição, é necessário que se estabeleça um sentido sociológico sobre o que significa “Estado”, dessa forma, Weber diz que “O Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física.

 Neste sentido, pensar Estado deve está associado ao sentido do uso da força física como forma de dominação. De acordo com o sociólogo Estado define-se por: “A comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física”. Isso implica dizer que o único meio legal que justifica a violência é o Estado e ninguém o pode fazer sem que seja autorizado por ele.

 No âmbito da política, entende-se pela associação de esforços no intuito de atuar junto ao poder bem como exercer influência na divisão do poder em quaisquer esferas que seja.

 Mediante o pensamento de Weber o homem que se submete à política deseja o poder, seja por razões de alcançar fins ideais ou egoístas, ou até mesmo simplesmente porque aspira o poder pelo poder, para assim desfrutar de autoridade e importância que tal status lhe permite.

 Assim, todos os agrupamentos políticos que precederam o Estado estabeleceram relações de dominação do homem sobre o outro, tal dominação sustenta-se na legitimidade do Estado, este está sempre a requerer dos seus subordinados a devida submissão às suas ordens. Mas sob quais justificativas se orientam a dominação?

 Para melhor compreender o princípio da dominação, é preciso partir dos seguintes pressupostos da legitimidade. Primeiramente partimos do fundamento da dominação legítima tradicional, onde a autoridade pessoal do governante está enraizada na tradição e no costume, a dominação tradicional é mais antiga, está vinculada a fatores como: respeito, afetividade, crença etc. A mesma rejeita mudanças, esse tipo de dominação se estabelece de duas maneiras, obediência por causa de dependência ou simplesmente devido privilégios de uns sobre outros, a exemplo temos os patriarcas e os senhores donos de terras.

O segundo tipo de dominação é a carismática, autoridade que se fundamenta em dons pessoais e extraordinários de uma determinada pessoa, conferindo-lhe heroísmo, este pode ser um profeta, ou um líder político. Por fim, a dominação racional, baseada no princípio da legalidade, autoridade através de leis e regulamentos das funções, apresenta-se na organização burocrática, sua legitimidade está pautada na crença em regras estabelecidas, normas a partir da objetividade e impessoalidade.

 Diante disso, cabe ainda refletir como a dominação política se institui conseguindo a consolidação de sua autoridade, seja de cunho político tradicional, carismático ou racional legal.

 De acordo com Weber todos nós praticamos política, pode ser na ação de votar ou manifestando nossas opiniões acerca de um determinado assunto. Por outro lado, a política pode tornar-se profissão secundária para determinadas pessoas. Segundo Weber existe duas formas de praticar política, uma é viver “para” a política, outra é viver “da” política.

 Neste sentido, o que vive para a política busca servir a uma causa, cria metas e objetivos e os que vivem da política são os beneficiários dela, assalariados.

REFERÊNCIAS

CASTILLA, Santiago Martínez. La burocracia: elemento de dominación em la obra de Max Weber. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5645561>

WEBER, Max. Ciência e política duas vocações
\_\_\_\_\_. Ensaios de sociologia, cap. VII; VIII.

1. Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, licenciada em Pedagogia pela IBERLAAR, especializada em Psicopedagogia pela Faculdade de Teologia Hokemãh - FATEH. E-mail: fran.sousa09@hotmail.com. [↑](#footnote-ref-1)